

Empresários lançam documento defendendo livre iniciativa

Da Reportagem Local

Preocupados com o que consideram tendências socializantes nos trabalhos do Congresso constituinte, os presidentes de oito entidades empresariais sediadas em São Paulo lançaram ontem uma ofensiva em defesa da livre iniciativa e da economia de mercado. Eles divulgaram um documento reafirmando "os princípios fundamentais que devem nortear a organização política e econômica dentro de um Estado de Direito democrático baseado na liberdade de iniciativa e visando à paz social".

O documento foi encaminhado pela manhã ao presidente José Sarney, ao presidente do Congresso constituinte, deputado Ulysses Guimarães, e ao presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), Luiz Rafael Mayer. Na divulgação à imprensa, às 15h50, na sede da Federação do Comércio do Estado de São Paulo (av. Paulista - centro paulistano), os signatários negaram que a iniciativa tenha sido uma resposta ao presidente Sarney, que no último dia 11 havia considerado os empresários brasileiros sem cultura para conviver com o sistema de preços livres.

Coincidência ou não, o documento foi preparado na Federação da Indústria do Estado de São Paulo (Fiesp) durante encontro que os empresários realizaram às 12h da última terça-feira, dia em que os jornais publicaram as declarações de Sarney. O presidente da Fiesp, Mário Amato, 68, disse que o documento vinha sendo discutido há mais de dois meses, através de sucessivas reuniões, e que seu alvo é o Congresso.

"Estamos muito preocupados na iniciativa privada. Queremos saber qual é o regime que vai vigor, qual é o caminho que temos que seguir", afirmou Amato. Como exemplo de ameaças ao princípio da livre iniciativa, o presidente do Sindicato dos Bancos do Estado de São Paulo, Paraná, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, Paulo de Queiroz, 53, citou a proposta de nacionalização do sistema bancário. "Criar barreiras para que outros (os bancos estrangeiros) venham aqui nos auxiliar contraria os interesses nacionais", disse.

Na área da agricultura, o presidente da Sociedade Rural Brasileira, Flávio Teles de Menezes, 41, mencionou como fator de preocupação a proposta do deputado Osvaldo Lima Filho (PMDB), da Subcomissão de Política Agrária do Congresso constituinte. Segundo Menezes, a proposta "altera o conceito de propriedade".

O documento dos empresários não toca em questões do atual debate político, como a duração do mandato do presidente Sarney, até porque não há consenso a respeito. Em entrevistas, o presidente da Bolsa de Valores de São Paulo, Eduardo da Rocha



Rocha Azevedo, da Bolsa de Valores



Mário Amato, da Fiesp



Fábio Meirelles, da Faeep

É garantido o direito de propriedade

Esta é a íntegra da carta dos empresários enviada ao presidente José Sarney:

"Senhor Presidente da República: "Vimos respeitosamente trazer ao conhecimento de Vossa Excelência o teor do documento elaborado pelos presidentes das entidades abaixo relacionadas, que reitera os princípios fundamentais que devem nortear a organização política e econômica dentro de um Estado de Direito democrático, baseado na liberdade de iniciativa e visando à paz social.

"O documento é o seguinte, na íntegra: "Os empresários reunidos na Fiesp reafirmam seu compromisso com a democracia, com a transição democrática no sentido do pluralismo político e da descentralização das decisões, que constituem a base da nossa almajeda e indispensável paz social.

"Reafirma, igualmente, sua convicção de que a liberdade econômica só pode existir dentro do Estado de Direito, em que alguns princípios básicos e fundamentais sejam respeitados:

"1 - A ordem econômica tem por finalidade a satisfação das necessidades humanas, visando assegurar a todos o bem-estar, devendo ser organizada dentro do respeito à liberdade de iniciativa, à propriedade privada dos meios de produção e aos direitos do trabalhador.

"2. A economia se organizará segundo as leis de mercado, cabendo preferencialmente às empresas privadas, com o estímulo, o apoio e a fiscalização do Estado, explorar as atividades econômicas.

"3. Na disciplina das atividades econômicas serão rigorosamente observados os princípios do Estado de Direito, não podendo ser estabelecidas obrigações a não ser em lei, respeitada a igualdade entre os interessados e sob o crivo do Judiciário.

"4. Em caráter excepcional, poderá o Estado desempenhar atividade econômica, ainda que sob a forma de monopólio, autorizado por lei especial.

"5. É livre a associação de capitais e pessoas para a exploração de atividade econômica.

"6. É garantida a liberdade de concorrência, bem como a igualdade entre as empresas, não se permitindo discriminação entre elas, em virtude da origem do capital.

"7. A propriedade haverá de ter função social, de modo que a lei reprimirá o abuso de poder econômico, especialmente quando caracterizado pelo domínio dos mercados, a eliminação de concorrência e o aumento arbitrário dos lucros.

"8. É garantido o direito de propriedade. Não haverá expropriação salvo, em casos definidos previamente em lei, de necessidade ou utilidade pública ou de interesse social mediante prévia e justa indenização em dinheiro.

"9. Não será permitida intervenção estatal no processo econômico que resulte em limitação à rentabilidade da empresa privada, dificuldade para seu desenvolvimento tecnológico ou restrição a sua livre gestão.

"10. Será garantida ao trabalhador a participação no resultado da atividade econômica, sendo-lhe assegurada condição de trabalho e de vida compatíveis com a dignidade humana.

"Aproveitamos a oportunidade para manifestar nossos sinceros protestos de elevada estima e consideração.

"Atenciosamente,

"Mário Amato - Federação das Indústrias do Estado de São Paulo

"Romeu Trussardi Filho - Associação Comercial de São Paulo

"Flávio Teles de Menezes - Sociedade Rural Brasileira

"Benedito Dario Ferraz - Federação das Empresas de Transportes Rodoviários Sul-Centro-Oeste do Brasil

"Abram Szajman - Federação do Comércio do Estado de São Paulo

"Fábio Salles Meirelles - Federação da Agricultura do Estado de São Paulo

"Paulo de Queiroz - Sindicato dos Bancos do Estado de São Paulo, Paraná, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul

"Eduardo da Rocha Azevedo - Bolsa de Valores de São Paulo

Szajman critica ação do governo

"Quanto menos governo, melhor. Quanto menos o governo pesar sobre a sociedade, melhor", afirmou o presidente da Federação do Comércio do Estado de São Paulo, Abram Szajman, 47, no texto de apresentação à imprensa do documento que os empresários encaminharam às chefias dos três poderes da República. O texto de apresentação, redigido em termos duros, dirigia-se menos ao Congresso constituinte e mais ao Poder Executivo, transcrevendo, a respeito das observações de Sarney sobre a falta de cultura dos empresários para conviver com o sistema de preços livres.

"Temos, no Brasil, um governo pesado demais. Um governo que nos pede sacrifícios para vencer a crise. O empresário, os trabalhadores, todos os segmentos aceitam esses sacrifícios e já os suportam há muito tempo, aproximando-se da resistência", disse Szajman, acrescentando que o governo "não parece disposto a sacrificar nada de sua presença traumática, cara e paralisadora a economia brasileira".

rios para conviver com o sistema de preços livres.

Arraes - Ao desembarcar ontem às 17h40 no aeroporto de Guararapes, em Recife (PE), procedente de Brasília, o governador de Pernambuco, Miguel Arraes (PMDB), 70, afirmou que continua rompido politicamente com o presidente José Sarney, com quem almoçou ontem. "Mantenho minha posição, tomada há duas semanas. Não mudo de posição enquanto os fatos não mudarem", disse Arraes. O governador não quis comentar seu encontro com o presidente, dizendo apenas que tratou com o presidente de questões internas do Estado e da situação econômica dos Estados nordestinos.

Collor - O governador de Alagoas, Fernando Collor de Mello (PMDB), 37, disse ontem, em Maceió (AL), que o presidente José Sarney "escolheu" seu Estado para servir de "sparring" (termo usado no boxe para designar um pugilista contratado para servir de adversário a outro em treinamentos). "O presidente poderia ter escolhido um adversário mais forte", acrescentou. O governador ficou aborrecido com o cancelamento de uma audiência com o presidente, anteontem, em Brasília.

Imunidade - O presidente do Congresso constituinte, deputado Ulysses Guimarães, pediu ontem ao ministro da Justiça, Paulo Brossard, que oriente a Polícia Federal, e recomende a todos os governadores, no sentido de que os agentes policiais, inclusive estaduais, "não criem constrangimentos e respeitem as imunidades dos parlamentares" nas manifestações públicas. O pedido atinge diretamente o governador de Minas, Newton Cardoso, em cujo Estado já aconteceram duas agressões policiais a constituintes.

Cientistas políticos discutem transição e sistema eleitoral

Debate na Folha

Da Redação da Folha

"O sistema eleitoral brasileiro e o momento de transição" é o tema do debate que a Folha e o Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo (USP) realizam no próximo dia 19, no auditório desse jornal (alameda Barão de Limeira, 425, nono andar, centro de São Paulo). Participarão do evento os cientistas políticos Francisco Weffort (ex-secretário-geral do PT), Bolívar Lamounier e José Augusto Guilhon Albuquerque — como expositores —, o deputado federal e economista César Maia (PDT-RJ) e Cláudio Lembo (membro do Diretório Nacional do PFL e secretário municipal dos Negócios Jurídicos de São Paulo)

— como debatedores. A mediação será de André Singer, editor de Política da Folha.

Weffort será responsável pela exposição do tema "O atual sistema eleitoral", Bolívar falará sobre "O voto distrital misto" e Guilhon sobre "O controle popular sobre a representação". Após a apresentação dos temas e debatidas as exposições, acontecerá uma discussão sobre o momento político brasileiro e a transição.

O sistema eleitoral brasileiro e o momento de transição — dia 19, terça-feira, a partir das 19h, no auditório da Folha (alameda Barão de Limeira, 425, nono andar, centro de São Paulo), organizado por Silvio Cioffi e Alba Bruna Campanerut, da Coordenação de Artigos e Eventos da Folha. Entrada franca.

Parecer do relator mantém o sindicato único obrigatório

ARTUR RIBEIRO NETO
Editor-assistente de Política

O parecer do deputado Mário Lima (PMDB-BA), 52, relator da Subcomissão dos Direitos dos Trabalhadores e dos Servidores Públicos, mantém a obrigatoriedade da existência de apenas um único sindicato por categoria profissional numa mesma base territorial.

Outro tema polêmico a respeito da organização sindical, o imposto sindical, recebe um tratamento no mínimo ambíguo, no relatório de Lima, que é sindicalista do setor petrolífero. O parecer afirma que é uma "função" inerente aos sindicatos a arrecadação de contribuições da categoria para custear as suas atividades. A seguir acrescenta que é "obrigação das empresas descontar em folha de pagamento e recolher aos cofres dos sindicatos as contribuições devidas". Com isto, não diz claramente se obriga ou não o recolhimento de contribuições de todos os funcionários das empresas, estando ou não voluntariamente sindicalizados. A ambiguidade favorece o entendimento de que se pode tornar obrigatório o recolhimento de contribuições de todos os trabalhadores, mesmo sem autorização expressa. Isto significa a manutenção do atual instituto do imposto sindical. Com uma única diferença. Ao invés de o recolhimento ser depositado nos co-

fres públicos, vai diretamente para sindicatos. O imposto sindical tem sido o sustentáculo de um tipo de sindicalismo que não tem que responder às suas bases, já que está garantido financeiramente a revelia delas.

O relatório do deputado consagra o direito de greve sem quaisquer restrições, e incorpora reivindicações do movimento sindical como as quarenta horas semanais e a estabilidade no emprego, que é garantida indefinidamente desde a admissão do funcionário, salvo em caso de "falta grave comprovada judicialmente".

O presidente nacional do PT, Luis Inacio Lula da Silva, entende que a proposta de Lima vai ao encontro das teses de seu partido e da Central Única dos Trabalhadores (CUT). Lula, porém, não acredita na sua aprovação, na forma em que foi apresentada, pelo plenário da subcomissão.

O relatório de Lima é um exemplo de uma prática verificável na maioria dos 24 pareceres das subcomissões apresentados: a preocupação em garantir interesses no texto constitucional, mesmo que firam os princípios que os próprios relatórios estabelecem. No caso de Lima, a idéia de liberdade sindical é entendida apenas como autonomia frente ao Estado, recusando-se o direito de os trabalhadores organizarem quantos sindicatos julgarem necessários para garantir a defesa dos seus interesses.

Constituintes "inovam" na teoria

Na tentativa de legitimar as suas propostas, os constituintes "inovam" a teoria social e política. A deputada Cristina Tavares afirma que suas propostas estão de acordo com o conceito de "capitalismo social", em sua "visão moderna". É difícil imaginar, porém, um sistema econômico que não tenha uma "função social". Ele não perduraria.

O deputado Virgildásio Senna diz

que a "ordem econômica fundamenta-se no trabalho". E apresenta uma nova classificação dos poderes, ao invés dos clássicos Executivo, Judiciário e Legislativo. Para ele, há o poder político (que engloba os três clássicos), o poder sindical, o poder da mídia e o poder econômico. Não explica porque não há o poder militar, da Igreja, do conhecimento ou qualquer outro. (ARN)

Limite para propriedade é polêmica na Reforma Agrária

Da Sursural de Brasília

A definição de um limite máximo para a propriedade rural e a garantia de posse automática, pela União, dos imóveis decretados de interesse social para fins de reforma agrária, foram as questões mais polêmicas levantadas ontem, no primeiro dia de discussão da proposta do relator da Subcomissão de Política Agrícola e da Reforma Agrária, deputado Osvaldo Lima Filho (PMDB-PE).

Segundo o deputado José Egreja (PTB-SP), "é um absurdo limitar a área do imóvel, num país das dimensões do Brasil". O deputado Jonas Pinheiro (PFL-MT) concorda parcialmente com o constituinte petebista. Sua restrição é somente quanto ao número de módulos rurais. Na proposta do relator, nenhuma propriedade poderá ter área superior a cem

módulos (cerca de onze mil hectares, na Amazônia).

Além disso, a bancada do PMDB na subcomissão tentou uma reunião com o líder do partido no Congresso constituinte, senador Mário Covas (SP), já que alguns de seus integrantes consideraram a proposta muito "radical". Na subcomissão, já se articula um movimento para derrubar por completo o relatório de Lima Filho e tentar uma nova proposta, negociável com os outros partidos.

Um indício desta articulação foi o pequeno número de emendas ao projeto do relator. A exceção foi a deputada Irma Passoni (PT-SP) que elaborou nove emendas, de um total de dez, com conteúdo semelhante ao da proposta das entidades que integram a Campanha Nacional pela Reforma Agrária, que defende as proposições do relator.

A PRESENÇA NAS SUBCOMISSÕES

Comissão de Soberania e Direitos do Homem						Comissão de Organização do Estado					
Soberania		Direitos Políticos		Garantias Individuais		União		Estados		Municípios	
Presentes	Ausentes	Presentes	Ausentes	Presentes	Ausentes	Presentes	Ausentes	Presentes	Ausentes	Presentes	Ausentes
Não houve reunião											
18	2	12	7	15	6	Não houve reunião		11	10		
Comissão de Sistema de Governo						Comissão da Organização Eleitoral					
Poder Legislativo		Poder Executivo		Poder Judiciário		Sistema Eleitoral		Defesa do Estado		Garantias da Constituição	
Presentes	Ausentes	Presentes	Ausentes	Presentes	Ausentes	Presentes	Ausentes	Presentes	Ausentes	Presentes	Ausentes
Não houve reunião											
12	12	Não houve reunião		19	3	Não houve reunião		Não houve reunião		Não houve reunião	
Comissão da Ordem Econômica						Comissão da Ordem Social					
Intervenção do Estado		Questão Urbana		Reforma Agrária		Direitos dos Trabalhadores		Saúde e do Meio Ambiente		Minorias	
Presentes	Ausentes	Presentes	Ausentes	Presentes	Ausentes	Presentes	Ausentes	Presentes	Ausentes	Presentes	Ausentes
Não houve reunião											
13	8	23	—	9	12	12	9	Não houve reunião		Não houve reunião	
Comissão da Família, Educação e Cultura						Comissão do Sistema Tributário e Finanças					
Cultura		Ciência e Tecnologia		Família		Tributos		Orçamentos		Finanças	
Presentes	Ausentes	Presentes	Ausentes	Presentes	Ausentes	Presentes	Ausentes	Presentes	Ausentes	Presentes	Ausentes
Não houve reunião											
18	3	9	12	Não houve reunião		11	9	13	8		